

Acordo do Governo Federal com representantes dos docentes das universidades e institutos federais: características e dúvidas frequentes

03 de junho de 2024

1. O que prevê o acordo assinado entre governo e professores federais?

A proposta apresentada pelo governo em 15/05 e assinada no dia 27/05 com representantes dos docentes das universidades e institutos federais combina **reajustes em 2025 e 2026 com reestruturação para valorização da carreira.**

2. Qual será o aumento dos docentes federais em 2025 e 2026?

Os reajustes aos professores federais, com parcelas em janeiro de 2025 e maio de 2026, combinados a mudanças na estrutura da carreira docente resultam em aumentos de 12,8% a 31,2% a depender da etapa na carreira. Atendendo a reivindicações da categoria, as maiores valorizações foram no salário de entrada, no nível que concentra o maior quantitativo de docentes ativos e inativos (Adjunto/DIII-4) e no topo da carreira (associado/DIV-4 e professor titular).

Somada ao reajuste de 9% de 2023, a proposta de valorização da carreira docente até 2026 representa aumento entre 23% e 28% para a maioria dos professores, sendo de 43% para o estágio inicial da carreira. Isso significa ganho real expressivo para o período de 2023 a 2026, no qual a inflação projetada é de 15%, em contraste com as

perdas acumuladas no governo anterior, que congelou vencimentos e benefícios do funcionalismo federal.

Em valores, o salário de entrada de um professor doutor com dedicação exclusiva irá subir dos atuais **R\$ 10,4 mil para R\$ 13,8 mil** em maio de 2026, aumento de 31,2%; considerando os 9% de 2023, a recomposição chega a 43,0% no governo Lula III.

Para professores Adjunto/DIII de nível 4 doutores com dedicação exclusiva, o padrão que concentra o maior número de docentes, o ganho será de 16,7%, com salário final de R\$ 16,9 mil em maio de 2026, o que corresponde a 27,1% de aumento no período 2023-2026.

No topo da carreira, o reajuste será de 17,6%, ou 28,2% desde 2023, com remuneração **saindo de R\$ 20,5 mil (abril/2023) e chegando a R\$ 26,3 mil após os reajustes.**

3. Como ficam os demais benefícios dos professores (auxílio alimentação, creche, saúde)?

Estes benefícios abarcam o conjunto dos servidores do Executivo federal. Entre 2016 e 2022 os auxílios alimentação, creche e saúde suplementar permaneceram congelados. Esse cenário mudou no ano passado com o reestabelecimento da Mesa Nacional Permanente de Negociação com os servidores e a aceitação, pelo conjunto da categoria, das propostas de correção de benefícios apresentadas pelo governo em 2023 e 2024.

Desse modo, os aumentos salariais negociados agora com os docentes vêm acompanhados de aumentos já concedidos em 2023 e 2024 nos benefícios de todos os servidores do Executivo federal, com reajustes do auxílio-alimentação **(118%, passando de R\$**

458,00 para R\$ 1.000,00), auxílio-creche (51%) e assistência à saúde suplementar (51% e reestruturação da tabela).

4. No que consiste a reestruturação da carreira docente acordada entre governo e representantes da categoria?

A reestruturação da carreira docente consiste em duas mudanças principais. A primeira diz respeito à junção dos quatro níveis iniciais da carreira em um único padrão, cujo interstício estará alinhado ao tempo do estágio probatório, de 36 meses. Com isso, viabilizou-se a aplicação de maior percentual de reajuste do salário de entrada, 31,2% no acumulado 2025-2026, ou 43,0% desde 2023. A medida proporciona **maior atratividade** para a carreira docente e reduz disparidades com outras carreiras de nível superior do Executivo federal. Além disso, simplifica-se a estrutura com redução de número de níveis e uniformiza-se o tempo mínimo para alcançar o topo da carreira em 19 anos.

A segunda grande mudança é o aumento dos ganhos com a **progressão**, os chamados *steps* ou degraus. O acordo assinado amplia paulatinamente esses ganhos entre 2024 e 2026, saindo dos atuais 4% para alcançar em 2026 valores de 5,0% nos degraus das classes de professor Adjunto/DIII e professor Associado/DIV. Além disso, prevê-se um aumento do degrau de promoção da classe de estágio probatório para a classe de Adjunto/DIII, que passará de 5,5% para 6,0% em 2026.

Em síntese, a reestruturação valoriza a entrada na carreira e a **progressão funcional baseada em desempenho e titulação** gerando ganhos para todos os níveis da carreira, para todos os regimes de trabalho, seja 20h, 40h, ou dedicação exclusiva, e para ativos, aposentados e pensionistas.

5. Quais os percentuais de reajuste para os docentes por nível na carreira?

Consolidação do Reajuste Docente entre 2023 e 2026

CLASSE	DENOMINAÇÃO	NÍVEL	REAJUSTE - 2023 - 2026		
			2023	2025/2026	% Acum.
E/TIT.	TITULAR	1	9,0%	17,6%	28,2%
		4	9,0%	17,6%	28,2%
D/D IV	ASSOCIADO	3	9,0%	16,5%	27,0%
		2	9,0%	15,4%	25,8%
		1	9,0%	14,3%	24,6%
		4	9,0%	16,7%	27,1%
C/D III	ADJUNTO	3	9,0%	15,5%	25,9%
		2	9,0%	14,4%	24,7%
		1	9,0%	13,3%	23,6%
		2	9,0%	12,8%	23,0%
B/D II	ASSISTENTE	1	9,0%	18,5%	29,1%
		2	9,0%	25,0%	36,2%
A/D I	ADJUNTO-A (D)	2	9,0%	25,0%	36,2%
	ASSISTENTE-A (M)	1	9,0%	31,2%	43,0%

6. Qual o contexto do país em 2023 quando houve retomada do diálogo e da valorização dos servidores?

O governo anterior legou ao país situação crítica expressa em subfinanciamento da educação, da saúde e da assistência social, calote de precatórios, investimento público no mínimo histórico,

recorde de fila para aposentadorias e congelamento de salários e benefícios dos servidores.

A fim de endereçar emergencialmente estas questões, ainda antes de tomar posse, o governo Lula aprovou no Congresso a **PEC da Transição**, que, ao revogar o teto constitucional de gastos, permitiu **refazer o orçamento de 2023** de modo a permitir a ampliação do Programa Bolsa Família, a retomada da política de valorização real do salário-mínimo, a reconstrução dos Ministérios, a ampliação do financiamento da saúde, educação e das demais políticas públicas e a retomada de investimentos públicos por meio do Novo Plano de Aceleração do Crescimento.

Em simultâneo, a volta do diálogo com os servidores possibilitou, em maio do ano passado, a **concessão de reajuste linear de 9% ao funcionalismo do Executivo federal, mais a correção do auxílio alimentação**, congelado desde 2016, de R\$ 458,00 para 658,00.

7. Por que o reajuste docente foi proposto para 2025 e 2026 e não para 2024?

O impacto orçamentário das medidas de reconstrução do país, como o aumento real do salário-mínimo, o aumento do Bolsa Família, a redução da fila da previdência e o retorno dos pisos da saúde e educação, incidiu não somente sobre o orçamento de 2023, mas também sobre as despesas do ano de 2024.

No caso específico dos servidores federais, o reajuste de 9,0% concedido em maio teve impacto de R\$ 9,6 bilhões adicionais na folha de pagamento para o exercício de 2023. Já para o exercício de 2024, o reajuste salarial tem impacto anualizado de R\$ 13,8 bilhões, o que, somado à anualização do reajuste no auxílio-alimentação,

implica a ampliação das despesas com os servidores na ordem de R\$ 4,5 bilhões.

Em paralelo, em 2023 teve lugar a promulgação do novo arcabouço fiscal, que passaria a valer em 2024 definindo nova regra de despesas para o Governo Federal. Além de desconstitucionalizar a regra fiscal, o novo arcabouço restaurou os pisos constitucionais da saúde e da educação, instituiu um piso para investimentos federais e fixou limites de despesa que podem variar conforme o desempenho da arrecadação. A pactuação entre Executivo e Congresso definiu um teto para crescimento real da despesa de 2,5% e um piso de 0,6%.

Os novos limites de despesa impactaram o orçamento de 2024, que teve o desafio de conciliar a nova regra fiscal com o retorno das políticas públicas, novo piso de investimento, pleitos do Congresso e valorização dos servidores.

Ainda no processo de **elaboração do orçamento de 2024, em negociação com o relator no Congresso, o governo conseguiu R\$ 3,0 bilhões adicionais para valorização de servidores (Anexo V do PLOA 2024).**

O governo propôs às categorias que esses recursos fossem utilizados para **novo reajuste do auxílio-alimentação, que passaria de R\$ 658,00 para R\$ 1.000,00**, além da atualização dos valores do **auxílio-creche e da assistência à saúde suplementar** considerando a inflação acumulada desde 2016 – o que geraria **aumentos de mais de 50%** nos benefícios em questão. O objetivo da proposta era beneficiar os servidores com menor remuneração, dado que é um valor líquido de imposto de renda e de outros descontos. Para 41% dos servidores ativos, isso implicaria aumento dos vencimentos recebidos acima da inflação.

A proposta de nova correção de benefícios foi aprovada na mesa de negociação permanente este ano, com a assinatura da maioria esmagadora das categorias de servidores. Desta forma, o recurso existente para qualquer reajuste de servidores foi utilizado para ampliação dos benefícios.

Nesse sentido, em todas as negociações com servidores realizadas em 2024, os novos reajustes salariais passaram a ser propostos apenas para os anos de 2025 e 2026. Já foram assinados acordos com outras categorias apenas para 2025 e 2026.

Apenas um número restrito de carreiras específicas, com acordos de reestruturação celebrados ainda em 2023, tais como Funai, Agência Nacional de Mineração, Analistas Técnicos de Políticas Sociais, Analistas em Tecnologias de Informação e servidores da segurança pública, que, em conjunto, representa 4% do total da força de trabalho, terá algum reajuste em 2024.

8. O espaço orçamentário aberto em maio de 2024 com a correção do limite de despesa permite melhorar as propostas do governo para servidores?

A expansão do limite de despesas, de R\$ 15,8 bilhões, ocorrida em maio de 2024 permite melhorar as propostas para o funcionalismo, mas não para este ano.

Desde a elaboração do orçamento, havia a perspectiva de que uma cláusula do novo arcabouço fiscal autorizasse a ampliação do limite de despesas em mais R\$ 15,8 bilhões em maio de 2024, podendo parte desses recursos ser revertida para a folha dos servidores.

Esse cenário de expansão de limite de despesa confirmou-se no dia 22 de maio com a divulgação do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do 2º bimestre de 2024, **porém os seguintes fatores impedem seu uso imediato na valorização salarial:**

- i) derrubada pelo Congresso do veto presidencial a emendas parlamentares: R\$ 4,3 bilhões;
- ii) reestimativa das despesas previdenciárias com redução da fila da previdência: R\$ 3,5 bilhões
- iii) reestimativa do Benefício de Prestação Continuada: R\$ 1,7 bilhões;
- iv) reestimativa de despesas com Abono e Seguro Desemprego: R\$ 1,7 bilhões;
- v) novas despesas previstas com subsídios, subvenções e Proagro: R\$ 2,0 bilhões;
- vi) recomposição parcial (inferior aos níveis previstos no PLOA) de custeio dos Ministérios: R\$ 2,5 bilhões; e
- vii) desbloqueio do contingenciamento imposto em março.

Se o espaço orçamentário adicional de 2024 foi insuficiente para acomodar reajuste geral de servidores neste ano, por outro lado, ampliou a base da despesa futura, possibilitando melhora nas propostas do governo para 2025 e 2026.

Inicialmente o governo propôs a diferentes categorias reajustes de 4,5% em maio de 2025 e 4,5% em maio de 2026. Isso representaria ganho de 19% no período 2023-2026, percentual pouco acima da inflação projetada. Com a melhoria da base de despesa, percentuais mais altos foram apresentados aos servidores para 2025 e 2026, além da antecipação para janeiro da parcela prevista para maio de 2025.

9. Como fica o custeio das universidades e institutos federais após o acordo entre governo e docentes?

O acordo celebrado é circunscrito a questões trabalhistas, mas o histórico de sucateamento das universidades e institutos federais nos governos anteriores, assim como a reabertura do diálogo com docentes e técnicos da educação federal, apontam a necessidade de recomposição do custeio, recursos necessários ao funcionamento dos equipamentos públicos e assistência estudantil.

Foi esse o sentido da **suplementação feita pelo MEC em maio de R\$ 347 milhões nos orçamentos das universidades e institutos federais, incluindo assistência estudantil. Em complemento, ainda em maio deste ano, o governo liberou R\$ 200 milhões em emendas parlamentares discricionárias de bancada antes do período de vedação eleitoral com mais R\$ 172 milhões destinados a universidades e institutos federais.**

Além destas iniciativas, o custeio dessas instituições em 2024 contará com novo reforço proporcionado pela realocação interna de recursos do MEC, o que demonstra a priorização da agenda das universidades e institutos federais pelo governo federal.

10. Além dos reajustes salariais e reestruturação da carreira, o que mais prevê o acordo entre governo e docentes federais?

Governo e professores também pactuaram melhorias nas condições de trabalho dos docentes. Um exemplo é uniformização do padrão

de controle de frequência entre professores do magistério superior e professores do ensino básico, técnico e tecnológico (EBTT), ou seja, **os professores dos institutos federais, assim como já ocorre nas universidades, serão dispensados do controle de frequência.** A mudança ocorrerá após alteração do Decreto nº 1.590/1995.

O diálogo entre governo, reitores e docentes também prevê a **formação de Grupo de Trabalho para Revisão da Portaria MEC nº 983/2020**, que regulamenta atividades docentes no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.